

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

SAULO MAURICIO MENDES PORTILHO

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA  
PRESERVAÇÃO DE TCCS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Belém

2017

SAULO MAURICIO MENDES PORTILHO

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA  
PRESERVAÇÃO DE TCCS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Raimunda de Sousa Sampaio.

Belém

2017

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

P852r Portilho, Saulo Maurício Mendes, 1989 -

Repositórios Institucionais: uma discussão acerca da preservação de TCCs nas universidades federais brasileiras / Saulo Maurício Mendes Portilho; orientadora Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Raimunda de Sousa Sampaio. – 2017.

50 f.: il. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de biblioteconomia, Belém, 2017.

1. Preservação Digital. 2. Repositórios Institucionais 3. Biblioteca Digital 4. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia. I Sampaio, Maria Raimunda de Sousa, Orient. II. Título

CDD 025.8

---

SAULO MAURICIO MENDES PORTILHO

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA  
PRESERVAÇÃO DE TCCS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Raimunda de Sousa Sampaio.

Banca Examinadora:

---

Prof.a. Maria Raimunda de Sousa Sampaio - Orientadora  
Mestre em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará

---

Prof.a. Marise Teles Condurú  
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental

---

Prof. Diego Bil Silva Barros  
Especialista em Direito Público

À minha mãe, Lene e meu pai, Mauricio.

## **AGRADECIMENTOS**

À mulher da minha vida, que sempre lutou para que eu e meus irmãos tivessem uma educação digna. Mãe, a você que me deu vida e me ensina a viver com dignidade, não bastaria um obrigado. Meu pai, por me ensinar o caminho certo e nunca deixar faltar nada em nossa mesa. Espero poder retribuir ao menos um pouco o que vocês fizeram por mim até hoje.

Agradeço aos meus avôs e avós paterno e materno, meus tios e tias e meus primos e primas. Apesar de nossas diferenças vocês nunca deixaram de me apoiar, sempre deixaram de lado qualquer desavença e foram lá me ajudar. Hoje quero agradecer por tudo que já fizeram e dizer o quanto são especiais para mim.

À Ciane Beatriz, minha querida Bea que esteve ao meu lado sempre me apoiando e ajudando quando eu precisava, obrigado!

Aos meus colegas de faculdade, que juntos enfrentamos esses 8 semestres intermináveis, foram 2 greves e 1 ocupação e outros obstáculos, mas enfim, conseguimos. Essa vitória é nossa!

Ao "Seleto Grupo", Ellen, Janaina, Janilce, Jayme, Joanne, Josilene, Junior, Liniker, Tamires, Thamara, Regiane, que mesmo entre tapas e beijos foram minha família dentro da UFPA.

A todos os professores da FABIB, em especial ao Prof.<sup>o</sup> Hamilton Oliveira que me sugeriu esse tema para abordar neste trabalho, vocês foram muito importantes na minha vida acadêmica, obrigado por dividirem comigo seus conhecimentos.

Agradeço a minha orientadora, prof.<sup>a</sup> Ray Sampaio que acreditou nesse projeto e esteve sempre pronta a ajudar quando requisitada. Também agradeço ao prof.<sup>o</sup> Diego Barros que me apoiou com a escolha do tema e sempre me orientou a respeito do assunto.

Aos membros do grupo Legends Belém, companheiros de batalhas nos campos da justiça de Summoner's Rift, obrigado por me ajudarem a enfrentarem os estresses do dia-a-dia.

Por fim, a todos que de alguma forma direta ou indiretamente contribuíram para que chegasse até aqui, meu muito obrigado!

"O lance não é quanto tempo você tem, é como você usa!"

Ekko (League of Legends)

## RESUMO

Discuti sobre o papel do Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação, sua relevância na formação dos discentes e da importância de preservar esse tipo de material, trazendo uma breve análise sobre o acervo de TCCs da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, onde buscou-se apontar os problemas que a falta de um armazenamento adequado pode acarretar. Também discorre sobre o uso do Repositórios Institucionais (RIs) como ferramentas de preservação e disseminação da produção científica das universidades, dando um maior enfoque para os TCCs, que é objeto central do estudo. Esse trabalho baseou-se em um estudo de viabilidade de inclusão de TCCs ao acervo do RI da Universidade Federal Pará (RIUFPA) feito durante extensão junto ao setor de Gestão de Produtos Informacionais da Biblioteca Central da UFPA. A metodologia utilizada deu-se através de levantamento quantitativo das universidades federais brasileiras que tiveram a iniciativa de incluir em seus RIs comunidades específicas para TCCs, onde se obteve o total de 13 RIs. Também se realizou entrevista feita por e-mail com alguns responsáveis por esses RIs. Assim conclui-se que a iniciativa de implementação de TCCs nos RIs ainda sofre com problemas como por exemplo o desinteresse dos docentes em disponibilizar esse material, mas ainda sim, é uma iniciativa de grande importância. Desta forma, esse estudo visa ampliar a discussão sobre o tema no meio científico, contribuindo para sua maior abordagem.

**Palavras-chaves:** Preservação Digital. Trabalho de Conclusão de Curso. Repositórios Institucionais.

## **ABSTRACT**

I discussed the role of the Course Completion Work for graduation, its relevance in the training of students, and the importance of preserving this kind of material, bringing a brief analysis of the collection of CCWs of the Faculty of Library Science of the Federal University of Pará, where It was sought to point out the problems that the lack of adequate storage may entail. It also discusses the use of Institutional Repositories (IRs) as tools for the preservation and dissemination of scientific production at universities, giving a greater focus to CCWs, which is the focus of the study. This work was based on a feasibility study of inclusion of CCWs to the collection of RI of the Federal University of Pará (RIUFPA) made during extension with the Information Products Management Department of the UFPA Central Library. The methodology used was based on a quantitative survey of Brazilian federal universities that had the initiative to include in their IRs specific communities for CCWs, where a total of 13 IRs were obtained. Also conducted an email interview with some responsible for these IRs. Thus, it is concluded that the implementation of CCWs in IRs still suffers from problems such as teachers' lack of interest in making this material available, but it is a very important initiative. In this way, this study aims to broaden the discussion about the topic in the scientific environment, contributing to its greater approach.

**Keywords:** Digital Preservation. Graduation Course Work. Institutional Repositories.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Biblioteca Central
BDM	Biblioteca Digital de Monografia
FABIB	Faculdade de Biblioteconomia
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
OA	Open Access
OAI	Open Archives Initiative
RD	Repositório Digital
RI	Repositório Institucional
RIUFPA	Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará
RT	Repositório Temático
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UniR	Universidade Federal de Rondônia

## SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	13
3	O PAPEL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA GRADUAÇÃO.....	15
3.1	Acervo de TCC da FABIB/UFPA.....	16
3.2	Um novo caminho para a preservação de TCCs.....	17
4	REPOSITÓRIOS DIGITAIS.....	20
4.1	O movimento de Open Acess no Brasil e no mundo.....	20
4.2	Repositórios Temáticos.....	23
4.3	Repositório Institucional.....	23
4.4	Biblioteca Digital de Monografia.....	25
5	ANALISE DOS DADOS.....	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	37
	APÊNDICES.....	41
	ANEXOS.....	43

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução das tecnologias da informação e comunicação possibilitou muitos avanços em todas as áreas, o homem produziu tanta informação em um curto período de tempo que fez com que esse período em que vivemos ficasse conhecido como Técnico-Científica-Informacional.

Como ação natural disso, a partilha de informação se tornou fundamental para o desenvolvimento científico. Movimentos de partilha da informação surgiram ao redor do mundo, o Open Access (OA). O movimento de OA, busca tornar público toda informação científica – sobre tudo a produzida com verba pública – respeitando os direitos autorais.

Nesse contexto surgem os Repositórios Institucionais (RIs), como uma ferramenta para disseminação e divulgação científica. Nos RIs são depositados a produção científicas de universidades e centros de pesquisas. Artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrados, trabalhos apresentados em eventos etc.

Mesmo com toda a importância dada pelo movimento de OA a partilha de informação, alguns materiais acabam por ficarem esquecidos, como é o caso dos Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que é deixado em segundo plano pelas universidades no que se refere a sua guarda, preservação e divulgação.

Este trabalho tem como base um estudo de viabilidade de implantação da Biblioteca Digital de Monografias da UFPA, feita durante extensão junto ao setor de Gestão de Produtos Informacionais da Biblioteca Central (BC) da UFPA.

Tem como situação problema o seguinte, por que o TCC, que tem um importante papel para a graduação no processo de formação e aprendizagem do discente, tem sua preservação e divulgação deixado em segundo plano?

Esse estudo tem como objetivo geral discutir a preservação de TCCs. Em seus objetivos específicos irá buscar na literatura o seu papel na graduação para a formação do discente, a sua importância para memória institucional e divulgação da produção científica das universidades. Traz os RIs como solução para o problema. Faz um levantamento das universidades federais que decidiram adotar esse tipo de material em seu acervo de seus respectivos repositórios.

Tem como metodologia inicial um levantamento bibliográfico para desenvolvimento da fundamentação do tema. Na segunda parte da pesquisa é classificada como exploratória, que segundo Gil (1989, p. 44), “desenvolver,

esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Dividido em quatro capítulos, foram usadas desenvolvidas a partir de autores, como: Severino (2007), Meneghelli (2002), Leite (2009), Freitas e Cruz (2012), TRISKA e CAFÈ (2001), entre outros.

Sendo primeiro uma contextualização da problemática e do que se busca falar no decorrer deste trabalho. O segundo trata-se do papel do TCC para a graduação e formação do profissional, traz questionamento quanto a sua preservação usando como exemplo o acervo de TCC da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (FABIB/UFPA).

No terceiro capítulo faz-se uma apresentação dos Repositórios Digitais (RDs) e suas classificações: Repositório Temático (RT); Repositório Institucional (RI) e Biblioteca Digital de Monografia (BDM). Também fala sobre os movimentos de OA e seu papel na comunicação científica.

No quarto capítulo trata-se da apresentação de resultados de pesquisa feita junto ao setor de Gestão de Produtos Informacionais da BC da UFPA, onde se realizou uma pesquisa quanti-quali a respeito da preservação de TCCs em RIs de universidades federais brasileiras.

Por fim, as considerações finais a respeito do trabalho apresentado e as contribuições que espera-se alcançar para a discussão sobre a preservação de TCCs em RI.

## 2 METODOLOGIA

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa científica. Para a busca de seus resultados foram efetuados procedimentos metodológicos que visaram suprir as suas necessidades, estes serão explicadas a seguir.

No que se refere ao enfoque da pesquisa, este trabalho é tanto quantitativo, quanto qualitativo. É considerado quantitativo por fazer uso de coleta de dado para estabelece número de universidades que já possuem seu acervo de TCCs em Repositórios Institucionais (RI) ou em Biblioteca Digitais de Monografias (BDM). Além de quantificar as comunidades dos RIs estudados. O caráter quantitativo é definido por Sampiere; Collado e Lucio 2006 (2006), como uma coleta e análise de dado que são usadas para responder os questionamentos da pesquisa através de contagem, medição e principalmente em dados estatísticos.

Também é classificada como uma pesquisa qualitativa por ter parte dela sido feita através de entrevista feita por e-mail com responsáveis pelos repositórios que foram selecionados. Na pesquisa qualitativa não há medição numérica, a coleta de dados é baseada na descrição e observação (SAMPIERE; FERNÁNDEZ-COLLADO; LUCIO 2006).

Caracteriza-se como pesquisa descritiva, onde os dados pesquisados não sofrem alterações do pesquisador. Tem como objetivo descrever características de determinada população. “Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Caracterizado como pesquisa não-experimental ou observacional por não haver intervenção do pesquisador, apenas a observação dos fenômenos pesquisado que acontecem ou já aconteceram. “Nos experimentos, o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que, no estudo por observação, apenas observa algo que acontece ou já aconteceu” (GIL, 2008, p. 16). O Autor ainda complementa dizendo que “pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. ”

A unidade de análise é o que será pesquisado, Sampiere, Collado e Lucio (2006, p. 358) definem a unidade de análise como sendo quem ou o que será

estudado na pesquisa. Moraes (1999, p.5) explica que “toda categorização ou classificação, necessita definir o elemento ou indivíduo unitário a ser classificado”. Neste trabalho, serão as universidades federais brasileiras que tem comunidades destinadas para TCCs em seus repositórios e BDMS. Também será uma unidade de análise a Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (FABIB/UFPA) onde buscou-se averiguar a situação do acervo de monografias através de visita.

Pesquisa feita durante extensão junto ao setor de Gestão de Produtos Informacionais da Biblioteca Central da UFPA, onde foi feita uma pesquisa de viabilidade, junto com os bibliotecários documentalistas Diego Barros e Cleide Dantas foi possível quantificar as universidades federais que começaram a adotar em seus repositórios acervos destinados a monografias da graduação.

Como primeiro ponto da pesquisa foi solicitado um levantamento sobre as universidades federais que possuem repositórios institucionais e que tiveram a iniciativa de incluir TCCs da graduação em seu acervo. Para isso foi feito um questionário de seis perguntas (apêndice A) com questões referentes a sua estrutura e funcionamento

A pesquisa foi feita consultando o site do IBICT onde está listado todos os RIs brasileiros onde foram identificados 13 RIs. Depois de identificado os RIs responder os questionamentos. Também foi feito uma entrevista através de e-mail (apêndice B), entretanto, houve resposta apenas de um terço dos e-mails enviados.

### 3 O PAPEL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA GRADUAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma disciplina curricular que é usado como critério para que se possa obter o grau de graduação na maioria dos cursos, o TCC tem um importante papel na formação do discente, é nele que será colocado em prática tudo que foi estudado no decorrer do curso. Severino (2007, p. 202), diz que:

o Trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante da atividade curricular de muitos cursos de graduação e pós-graduação (lato sensu), constituindo, assim, uma iniciativa adequada e de extrema importância para o processo de aprendizagem dos alunos. Para a grande maioria, ele representa a primeira experiência de realização de uma pesquisa. 'Como vivência de produção do conhecimento, contribui significativamente para uma boa aprendizagem

Mas será o TCC somente uma barreira entre o aluno e a tão sonhada graduação? Para muitos a resposta é sim. Isso ocorre principalmente por conta de não ser entendida sua real função.

Yamanari e Moraes (2013) explicam que esse tipo de questionamento se dá por que para muitos o TCC em vez de ser visto como uma ferramenta de formação, é considerado apenas uma atividade burocrática para se obter uma nota e assim a tão sonhada graduação.

Isso muitas vezes ocorre porque em muitos casos é o primeiro contato do aluno com uma produção desse nível, exigindo dele bem mais no que se refere a pesquisa como um todo.

O TCC exige que o aluno tenha adquirido durante o seu curso, saberes pedagógicos e epistemológicos que são cruciais para a sua realização, que segue um rigor técnico-científico. Destarte, é imprescindível um amadurecimento intelectual para a escolha do tema de pesquisa, que deve atender à área de formação do aluno e ter relevância acadêmica, trazendo benefícios não só para ele, mas, sobretudo, para a sociedade em geral (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 3)

Mais que um rito burocrático o TCC também serve como um registro da produção da instituição de ensino e como um componente da história da faculdade. Tudo o que já foi produzido pelos alunos de anos anteriores serve como base para novos trabalhos

Esse fenômeno pode ser observado durante período de estágio na biblioteca Norma Barata da FABIB/UFPA, onde os alunos buscavam no acervo da TCCs da faculdade temas para seus próprios trabalhos, em alguns casos, procuravam se o tema que desejavam explorar já não estava saturado. Entretanto, essa busca por muitas vezes sofria com obstáculos que prejudicavam a pesquisa.

O extravio de TCCs – seja por perda ao longo dos anos ou por roubo quando em posse de discentes –, acúmulo de trabalhos sem um sistema eficiente e adequado de recuperação dos títulos, número escasso de exemplares, geralmente um por trabalho, são os principais problemas enfrentados pelos alunos.

Para entender essa situação foi feito um levantamento para entender a atual situação do acervo de TCCs da FABIB/UFPA e assim justificar a importância da preservação desses trabalhos.

### **3.1 Acervo de TCC da FABIB/UFPA**

Durante período de estágio na extinta Biblioteca Norma Barata da FABIB/UFPA foi possível observar que os discentes, ao requisitarem acesso ao acervo de TCCs da faculdade sofriam com alguns empecilhos, que dificultavam o andamento de sua pesquisa. Para observar a atual situação do acervo e verificar se os problemas persistiam, foi feita uma visita. Visita essa que sobre supervisão do bolsista da tarde da FABIB, relatou em conversa informal sobre o acervo.

O empréstimo de TCCs na FABIB se dava através de termos de responsabilidades onde o aluno se comprometia com a devolução do trabalho. Esse empréstimo tinha um prazo de sete dias, mas que poderia ser renovado por mais sete. Devido ao excesso de extravio os empréstimos foram abolidos e agora é permitido apenas consulta local.

O aluno ao emprestar assinava um termo de responsabilidade, com isso se tornava responsável sobre o trabalho em sua posse e que caso ocorresse algum sinistro deveria acarretar na substituição imediata pelo discente, o que aparentemente não vinha ocorrendo, visto que alguns títulos já não se encontram no acervo e sem nenhuma definição do que tenha ocorrido com o mesmo.

Além disso, muitas vezes ocorria que o discente não conseguia acesso ao trabalho por que o mesmo já tinha sido emprestado – por não haver outro exemplar –

ficava impossibilitado de prosseguir sua pesquisa ficando na espera que o trabalho fosse devolvido.

Esses problemas poderiam ser solucionados com um planejamento adequado e criação de políticas de digitalização desses documentos e disponibilização deles através de serviços online. Freitas e Cruz (2012, p. 8) falam sobre a importância da digitalização de documentos:

Vê-se necessário a digitalização desses materiais para que estes não venham a se deteriorar, se perder ou mesmo serem descartados por falta de conhecimento do valor. Diante do fato de que as organizações estão sempre em mudanças físicas e administrativas. Nestas mudanças pode ocorrer que algum administrador, secretários, entre outros. Cheguem a simplesmente descartar documentos que constem certo valor, porém a pessoa que vier a descartar esses documentos, pode não ter conhecimento disso. Em relação à perda ou dano os materiais impressos estão em constante vulnerabilidade, pois estes correm risco de que reações climáticas, mal manuseio ou vários outros riscos possam comprometer a estrutura de determinados materiais.

Para solução desses problemas, os RIs e BDMs são excelentes ferramentas que além de preservar os TCCs como parte da memória das universidades, também divulgam a produção acadêmica.

### **3. 2 Um novo caminho para a preservação de TCCs**

Como é contado no livro “A palavra escrita: história dos livros e das bibliotecas” de Wilson Martins, conforme a humanidade evoluiu, a produção do conhecimento aumentou e com ela foram surgindo os suportes para a informação que também evoluíram desde o início. Das pinturas rupestres, passando pelos papiros, até chegar no papel e hoje com documentos digitais

Todas essas evoluções buscavam preservar o conhecimento adquirido e passar para a próxima geração e assim sucessivamente. Lemos (2013) explica que diferente do que se pensa, o *boom* de novas tecnologias de comunicação não no século XX, mas sim no século XIX com o surgimento do telegrafo, radio, telefone e cinema.

O autor ainda conta que as chamadas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), surgem a partir da união das telecomunicações analógica com a informática.

Essa revolução digital implica, progressivamente, a passagem do *mass media* (cujo símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. Aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos) (LEMOS, 2013, p. 69).

Para Meneghelli (2002), a revolução da microeletrônica proporcionou mudanças econômicas e sociais na indústrias ligadas ao setor, mas também afetou todos os setores que utilizam TICs.

As TICs são todos os recursos tecnológicos que armazenam, manipulam e geram informação e conhecimento. Podem ser programas (softwares), equipamentos eletrônicos (hardwares), sistemas de telecomunicações, etc. (REZENDE, 2002; REZENDE; ABREU, 2003)

A troca de informação é ainda mais perceptível na academia – as universidades – por serem grandes centros de produção de conhecimento. Artigos, seminários, monografias, etc. são produzidos aos milhares nas Instituições de Ensino Superior (IES) todos os anos. Por outro lado, tanta produção científica acabam trazendo os problemas, como espaço para armazenagem.

Vivemos a era da sociedade da informação (SI), onde, graças aos avanços tecnológicos, todos estão conectados e a troca de informação é fácil e rápida. Entretanto, com tanto intercâmbio de conhecimento se faz necessário, até mesmo para que no futuro nossos filhos e netos possam ter uma melhor recuperação do que foi produzido anteriormente, meios de preservação documental, (BEZERRA, 2010).

A Sociedade da Informação pode ser conceituada como a atual etapa da evolução da civilização, onde se caracteriza o aumento e compartilhamento da informação por meio de produtos e serviços em todo o mundo (GLOSSÁRIO, 2005, p. 78 apud BEZERRA, 2010, p. 15). Como solução, universidades federais por todo o Brasil têm buscado novos meios de armazenar, preservar e disseminar esse tipo de material.

O caminho natural para isso é o processo de digitalização que solucionar o problema com o armazenamento, para a guarda dos trabalhos. Nesse contexto, destacam-se os repositórios que tornam o acesso mais rápido, fácil e de maior

alcance, servindo inclusive como divulgação da produção científicas das universidades.

Os repositórios surgem como reflexo dessa mudança de como é visto a informação e como ela deve ser disseminada:

Os repositórios digitais surgem como uma expressão real das mudanças impulsionadas pela apropriação por parte da comunidade acadêmica de conhecimentos, tecnologias e padrões das áreas de TI para constituição de novos patamares de publicação, comunicação e cooperação. Uma evidência eloquente desse fenômeno é o protocolo Open Archives voltado para interoperabilidade de repositórios digitais acadêmicos que tem origem no próprio seio da comunidade acadêmica (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 52).

Apesar de todas essas vantagens ainda são poucas – treze atualmente – as universidades brasileiras que tem interesse na guarda das monografias em seus repositórios. Entre elas, podem ser destacar a Universidade de Brasília (UnB), que em 2011 desenvolveu uma Biblioteca Digital específica para a produção de monografia de seus discentes.

## 4 REPOSITÓRIOS DIGITAIS

Para falar sobre Repositórios Digitais (RDs) é preciso primeiro que se entenda o contexto em que eles surgem. Durante a década de 80 houve uma crise de periódicos, “bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas não conseguiram manter as suas coleções de periódicos atualizados, deixando de atender a demanda de seus usuários” (COCCO; RODRIGUES, 2014, p. 112).

Além disso, criou-se o entendimento que as editoras obtinham lucro em cima de pesquisas cedidas pelos pesquisadores apenas para contribuir com a ciência e ganharem notório reconhecimento entre seus pares (AMARAL, 2015)

Assim inicia-se o movimento de acesso livre da informação, Open Acess, que tem trabalhado para garantir um acesso seguro, rápido e irrestrito da informação científica produzida, sobretudo da que é financiada com verbas públicas, como é o caso das universidades federais (TARGINO; GARCIA; PAIVA, 2015, p. 119).

Esse movimento busca uma maior integração da comunidade científica através da disponibilização de forma gratuita de trabalhos apresentados em conferências, artigos de revistas científicas revisadas por pares, além teses, dissertações, relatórios técnicos etc.

### 4.1 O movimento de Open Acess no Brasil e no mundo

Movimentos de compartilhamento de informação científica foram criados em todo mundo. Em 1999, a Conferência Mundial sobre Ciência no século XXI, em Budapeste declarou que era necessário a importância da partilha do conhecimento científico para o fim da desigualdade social:

Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Ciência para o Século XXI: um Novo Compromisso, reunidos em Budapeste, Hungria, de 26 de junho a 1º de julho de 1999, sob a égide da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU): Considerando: 7. A posição ocupada, hoje, pelas ciências naturais, e o rumo por elas tomado, qual foi seu impacto social e o que a sociedade delas espera; 8. Que, no século XXI, a ciência tem que se transformar em um bem comum que beneficie a todos os povos em base solidária, que a ciência é um recurso poderoso para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, e que seu papel promete vir a se tornar ainda maior no futuro, à medida que for entendida a crescente complexidade da relação entre a sociedade e seu meio ambiente (A CIÊNCIA..., 2003, p. 27 – 28).

Mais tarde, em 2002, também em Budapeste é assinado a declaração (Anexo A) que conceituou o Open Access (AO) e recomenda que toda a comunidade científica adote uma postura de compartilhamento da informação respeitando o copyright:

Embora o peer-reviewed revista literatura que deve ser livremente acessível on-line é a que os estudiosos dão ao mundo sem expectativa de pagamento. Principalmente, esta categoria abrange os artigos de revistas com revisão por pares, mas também inclui quaisquer pré-impresões não revisadas que eles possam querer colocar on-line para comentar ou alertar seus colegas sobre os resultados de pesquisas importantes. Existem muitos graus e tipos de acesso mais amplo e mais fácil a esta literatura. Por "acesso aberto" a esta literatura, entende-se a sua disponibilidade gratuita na Internet pública, permitindo a todos os utilizadores ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou ligar para o texto completo destes artigos, Passá-los como dados para o software ou utilizá-los para qualquer outra finalidade lícita, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à própria internet. O único constrangimento à reprodução e à distribuição, e o único papel dos direitos de autor neste domínio, deve ser o de conferir aos autores o controlo sobre a integridade do seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados (INICIATIVA, 2002).

Outras declarações foram feitas ao redor do mundo conforme a discussão foi criando força: Bethesda e Berlim, em 2003 são alguns exemplos (Figura 1). No Brasil temos o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação, em 2005 (Anexo D) – entre outros –, que foi uma iniciativa do IBICT, que buscou despertar a comunidade brasileira para a importância do movimento Open Access.

**Figura 1** – Linha do Tempo de tratados assinados ao redor do mundo



**Fonte:** Autor, 2017

No meio de toda essa discussão surgem os Repositórios Digitais (RDs), que sem dúvida é a ferramenta mais importante para que o OA dê certo. Com os RDs se dá não só a preservação da produção científica, mas também a divulgação por um meio seguro, fácil e rápido.

Os repositórios são ferramentas em que arquivos diversos – texto, imagem, musica etc. – são depositados e podem ser acessados a qualquer momento por usuários ao redor do mundo, funcionando como um arquivo digital. O IBICT, em seu site, conceitua RDs como sendo “bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática”.

Costa e Leite (2009) definem RD como um termo utilizado para definir provedores de dados, que fazem partes de vias que facilitam a comunicação científica. Graças a essa troca de informação é possível desenvolver novas linhas de pesquisas e/ou completar aquelas que por algum motivo não foram possíveis serem concluídas.

Para Corujo (2014), os RDs trazem consigo a solução para preservação e armazenamento, assim como a autenticidade da informação digital, fazendo com que faça sentindo a guarda tendo em vista o acesso ao público.

O conceito de arquivos abertos surge durante a convenção de Santa Fé 1999, no México. Os princípios do OA são definidos durante o evento, são eles: auto arquivamento, revisão entre os pares e a interoperabilidade, e que, segundo Triska e Café (2001), podem ser definidos da seguinte maneira:

- a) Auto arquivamento – trata da publicação do trabalho pelo próprio autor. Com isso o acesso a novas pesquisas se torna mais rápido, pois não há intermediação através das editoras de periódicos, o que também barateia sua publicação;
- b) Velocidade da troca de informação e revisão por pares – graças a rapidez com que o trabalho é publicado no sistema de auto arquivamento, a resposta da comunidade científica também se dá de imediato. No sistema tradicional de submissão as revistas científicas, da submissão até a publicação pode se levar em média 1 ano;

- c) Interoperabilidade – Arquivos de diferentes formatos e localizações, mas que usam a mesmas tags<sup>1</sup> de metadados podem ser manipulados por diferentes RDs. Tudo isso foi desenvolvido graças aos esforços da Open Archives Initiative (OAI) que é uma iniciativa que promove o desenvolvimento de normas que facilitam a disseminação da informação (RCAAP<sup>2</sup>, 2016?).

Os RDs podem ser classificados em três tipos: Repositórios Temáticos; Repositórios Institucionais e Bibliotecas Digitais. Neste trabalho será conceituado os três tipos de RDs, entretanto, para essa discussão será apresentado os RIs e Bibliotecas Digitais por serem mais condizentes com o que se busca debater.

#### **4. 2 Repositórios Temáticos**

Os Repositórios Temáticos podem ser entendidos com a reunião de trabalhos de uma determinada área do conhecimento que tem seu conteúdo disponível online, e que seguem as recomendações da OAI (CAFÉ et al, 2003). Kuramoto (2006, p. 83) define RTs como “um conjunto de serviços oferecidos por uma sociedade, associação ou organização, para gestão e disseminação da produção técnico-científica em meio digital, de uma área ou subárea específica do conhecimento”. A reunião de repositórios temáticos de diferentes unidades de pesquisa de uma mesma instituição é o que caracteriza o repositório institucional (RI).

#### **4. 3 Repositório Institucional**

A já mencionada crise de periódicos fez com que a busca de novos meios para divulgação e comunicação científica, levasse a criação dos RDs. Como já foi dito Repositórios Institucionais (RI) são a reunião de repositórios temáticos de uma determinada instituição, tem por objetivo armazenar, organizar, preservar e difundir a produção da organização ao qual pertence.

---

<sup>1</sup> Exemplos de tags: “date”, “author”, “title”, “journal”, etc.

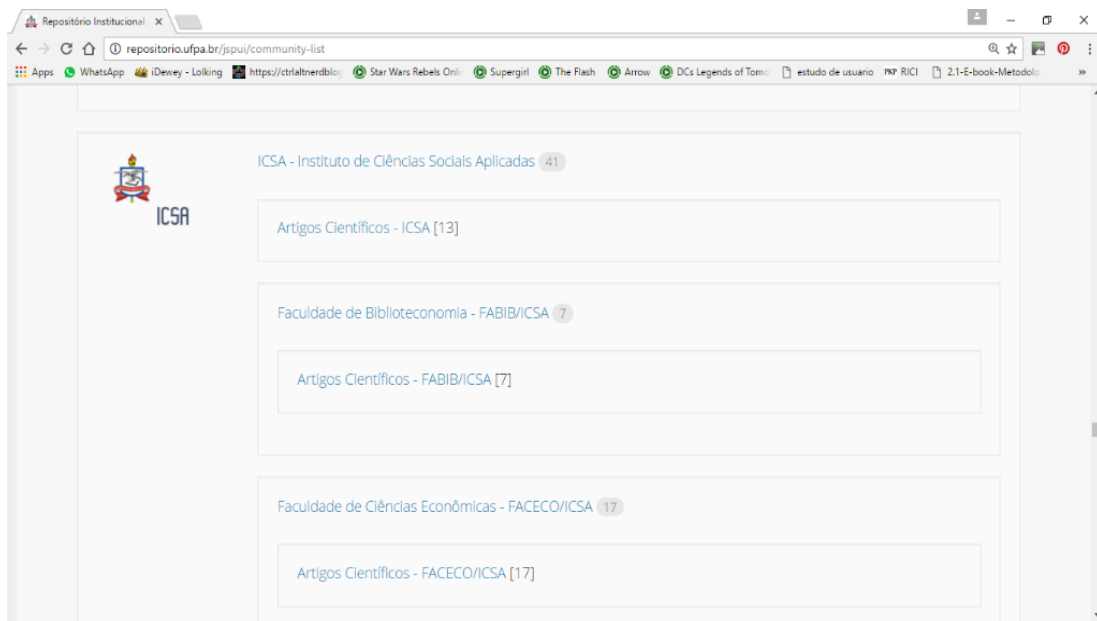
<sup>2</sup> Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

Leite (2009) define como sendo serviços oferecidos pelas universidades a sua comunidade que tem como objetivo no gerenciamento e disseminação da produção acadêmica dos membros da universidade.

Portanto, os RIs têm um papel de destaque como uma ferramenta não somente de depositar a produção da faculdade, mas também de facilitar o acesso ao mesmo e tornar visível o que é pesquisado pela comunidade acadêmica.

Para ilustrar isso podemos tomar como exemplo o Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA). Nele podemos encontrar diversos comunidades e subcomunidades que representam os institutos e seus programas de graduação e pós-graduação. (Imagem 1)

**Imagem 1 – Comunidades e Subcomunidades do Portal do Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará**



Fonte: UFPA. 2017

Essas comunidades e subcomunidades, no caso da UFPA, por exemplo, se referem aos núcleos de pesquisas, institutos e suas faculdade. São regrados por uma política institucional que determina os tipos de documentos que são inseridos no RIUFPA, modo de inserção – podendo ser de autodepósito ou por submissão ao setor responsável pelo repositório etc.

No entanto, apesar de todas as vantagens existentes nos repositórios institucionais, nem tudo que é produzido nas universidades é inserido nela, isso ocorre até mesmo para que se possa ter um critério de seleção do que é importante. Entre

os materiais que são, em grande maioria das universidades, excluídos de seus repositórios estão os TCCs.

Mas isso tem mudado nos últimos anos. Como já foi falado anteriormente. O papel do TCC tanto para a formação do discente, quanto para o crescimento da universidade no que se refere a pesquisa científica é imprescindível. Por essa razão o crescimento do número de IES que adotam comunidades para TCCs em seu acervo.

Em alguns casos, temos a criação de Bibliotecas Digitais de Monografias (BDMs), que funcionam exatamente como um repositório. Um exemplo dessa pratica pode ser observado pela Universidade de Brasília (UnB), que já é tomado como referência e sendo seguido pela UFPA.

#### **4. 3 Biblioteca Digital de Monografia**

As bibliotecas digitais (BD), segundo Assunção (2011), surge como resposta a necessidade de armazenar, organizar e disseminar o conhecimento produzido pela humanidade em um único local para que não se perca com o tempo e tenha um maior alcance.

Com a evolução das TICs as bibliotecas tiveram que se reinventar, assim surgem as bibliotecas digitais. Com a missão de facilitar o acesso de toda informação armazenada em um banco de dados, independente do objeto digital inserido nele – textos, imagens, vídeos, músicas etc. (OLIVEIRA; CARVALHO, 2011, p. 1).

Para Nardino (2004), as bibliotecas digitais representam um novo paradigma e que o bibliotecário tem que se manter capacitado a essa nova demanda de serviço que é cada vez maior.

Cunha (2008) caracteriza a biblioteca digital como sendo aquela em que o principal suporte da informação seria o papel. O Autor aponta as principais características da BD onde ela “combina a estrutura e a coleta de informação, tradicionalmente usada por bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática” (CUNHA, 2008, p. 5).

A Biblioteca Digital de Monografia pode ser entendida como um próximo estágio dos repositórios disponibilizando para seus usuários a produção de seus discentes e pesquisadores.

Um bom exemplo disso é a Biblioteca Digital de monografia da Universidade de Brasília (UnB), que desde 2011 disponibiliza trabalhos de seus

alunos tornando seu acesso rápido, fácil e com maior alcance e assim dando maior visibilidade do que é produzido pela instituição, quanto ao autor.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Do total de 63 universidades federais, foi identificado 13 RIs que aceitam TCCs, entretanto, não há um padrão quanto suas políticas e critérios de seleção de trabalhos, são eles:

**a)** A Universidade de Brasília (UnB), criou a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) em 2011. Os discentes devem entregar arquivos digitais de seus trabalhos para assim receberem o título referente ao seu nível de graduação. Com 79 curso hospedados em comunidades com um total de 13. 233 trabalhos de graduação e 2687 trabalhos de especialização. O depósito é feito pela secretaria da coordenação do curso onde o aluno deixa uma cópia em mídia digital no formato Portable Document Format (PDF). No site existe documentos referente a sua política para inserção de trabalhos, termo de autorização, podendo o trabalho ser disponibilizado de forma integral e parcial.

Em caso de disponibilidade de parcial do trabalho o aluno deve apresentar uma justificativa formal especificando o motivo de não poder disponibilizar de forma integral. Essa justificativa deve ser assinada pelo orientador do aluno ou coordenador do curso. Vale ressaltar o trabalho deve ser entregue de forma integral e a restrição tem um prazo de um ano, sendo possível renovação através de uma nova justificativa respeitando os processos já citados.

**b)** Estabelecido através da resolução n.º 15/2015 o Memória, Repositório Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, no art. 6º – transcrito logo a abaixo – os TCCs ficam excluídos.

“Art. 6º. Considera-se produções técnico-científicas os seguintes documentos:

I – Artigos publicados em periódicos científicos;

II – teses e dissertações;

III – livros e capítulos de livros;

IV – Trabalhos apresentados em eventos científicos. ”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Trecho retirado da resolução n. 15/2015 do Memória, RI da IFRN

Apesar de não haver especificações quanto a inclusão de TCCs no RI, existem comunidades específicas para trabalhos de graduação e tecnológicos, totalizando vinte e nove cursos – sendo 9 de nível superior e 20 de nível técnico –, também não há termo de compromisso no site.

**c)** No Repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora existe comunidades aberta para inserção de TCCs dos cursos de direito e engenharia de produções, contendo 162 trabalhos na comunidade de direito, mas não há arquivos depositados na comunidade de engenharia de produção. Possui uma política no site, apenas um termo de autorização onde é possível identificar as matérias bibliográficos aceitos no RI. Quanto a disponibilidade do trabalho pode ser total ou parcial. No caso de restrição parcial pode ser mantida por até um ano, sendo possível prorrogável, mas com apresentação de justificativa junto à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPP).

**d)** No LUME, Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 16.433 trabalhos depositados, contempla o total de 46 cursos. No Lume ocorreu algo peculiar, a regulamentação dos TCCs dentro do RI foi publicada antes de sua política. Os TCCs são regulados através da Instrução Normativa nº 01/2010 de 21 de janeiro de 2010, enquanto que sua política é publicada através da portaria nº 5068/2010 de 13 de outubro de 2010.

No Lume é possível ter acesso a estatística registrada desde de janeiro de 2008 de downloads dos trabalhos. Na comunidade de “Trabalhos de Conclusão de curso de Graduação” teve 2.4826.094 arquivos baixados. Também é possível ter acesso a dados estatísticos da subcomunidades. Um exemplo que pode ser observado é a subcomunidade de TCCs de biblioteconomia, que até então, possui 472 trabalhos depositados 454.536 downloads foram executados. Isso torna possível perceber o alcance desse tipo de serviço e uma resposta quanto a sua importância.

**e)** O Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná tem em seu acervo 4.091 trabalhos distribuídos em 32 cursos. Não há políticas em seu site por essa razão não é possível estabelecer os critérios de seleção de trabalhos. Também não há termos de autorização. Assim com o Lume, também possui dados

estatísticos, porém restrito aos 10 trabalhos mais baixados e os 10 mais termos mais buscados. Não possuem tantos recursos, pois usa o template básico do Dspace.

**f)** No RI do IFPB existem 43 comunidades destinadas para TCC da graduação, entretanto não tem trabalhos inseridos. Não há políticas e nem termo de autorização no site. Ao verificar outras comunidades dentro do site é possível perceber que não também sofre com deficiência quanto a sua alimentação, levando a crer que o projeto do RI está parado. Aceita TCCs, mas existem apenas 5 trabalhos depositados na comunidade da biblioteca universitária e não existe termo de autorização no site. Funcionando por autodepósito, onde o autor faz um cadastro no site e após autorização da equipe técnica está apto para submeter seu trabalho.

**g)** No RI da Universidade Federal de Lavras, todo o processo de inclusão de arquivo é feito pelo autor, incluindo a inserção de metadados. Os metadados são informações usadas para descrever, identificar, localizar, e assim facilitar a recuperação, uso e gestão de recursos de informação. A colocação dos metadados no RI da UFLA é descrito no documento “Orientações para Uso do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras” que pode ser encontrado no site do RI.

**h)** Assim como a UnB, a Universidade Federal Ouro Preto (UFOP) criou um BDM para condicionar TCCs da graduação e especialização. Contem 178 trabalhos distribuído em 43 comunidades, sendo que 31 comunidades não possuem documentos inseridos. No RI da UFOP o processo de depósito é feito através de submissão junto a biblioteca, onde o autor entrega uma versão digital em disco de mídia em formato PDF e com um termo de autorização assinado. Antes de ser incluído no acervo da BDM, é verificado se o trabalho respeita a norma da ABNT 14.724/2011, que diz respeito a apresentação de trabalhos acadêmico, não estando de acordo o autor é orientado a correção do seu trabalho

**i)** No RI da UFPE aceita TCCs em seu acervo, sendo 8 comunidades destinada a esse material bibliográfico, porém não existem trabalhos inseridos. A razão de não ter trabalhos inseridos foi respondida através de e-mail e apontou que há desinteresse do corpo docente nessa iniciativa.

**j)** No RI da Universidade de Rondônia tem em seu acervo 29 subcomunidades, mas não há políticas e nem termo de autorização, o que dificulta avaliar os critérios de submissão. A submissão é feita pelo auto após cadastro no site.

**k)** Batizado de Ducere – que no latim significa conduzir, guiar –, o RI da Universidade Federal de Uberlândia é regido pela portaria R nº 1225, de 9 de setembro de 2004. Possui 10 subcomunidades destinadas a TCCs, no entanto, apenas os cursos de matemática e estatística e sua política em si, trata apenas de teses e dissertações.

Mas em 21 de novembro de 2016 em portaria da PROGRAD n. 005, determina em seu art. 1 que todos os trabalhos de graduação, presencial ou a distância, deve ser depositado no RI independente do material (texto, figura, áudio e/ou vídeo, etc.). No parágrafo 1, trabalhos anteriores a 2017 também podem ser inseridos no RI.

**l)** Com 8 comunidades em seu RI, a Universidade Federal do Rio Grande estabelece em sua política os TCCS e faz uso de protocolos de integração usando o modelo Acesso aberto.

**m)** No RI da UFF não políticas para acesso do público e nem termo de autorização, ficando difícil de estabelecer os critérios para inserção de trabalhos. Existem 41 comunidades criadas, no entanto não existem trabalhos inseridos.

Devido à falta de dados necessários, em alguns dos RIs não foi possível quantificar o acervo em números de trabalhos depositados. Um resumo dos dados apresentados até aqui podem ser visto no quadro 1 a seguir:

**Quadro 1 – Universidades Federais Brasileiras que possuem Comunidades abertas em seus RIs dedicados a TCCs**

<b>Universidade</b>	<b>Repositório</b>	<b>Situação do Acervo</b>	<b>Politica</b>	<b>Termo de autorização</b>
Universidade de Brasília	Biblioteca Digital de Monografias BDM	79 cursos (13. 233 trabalhos de graduação e 2687 trabalhos de especialização)	Não está disponível	Está disponível
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Memoria - Repositório Institucional da IFRN	29 cursos (sendo, 9 de nível superior e 20 de nível técnico)	Está disponível	Não está disponível
Universidade Federal de Juiz de Fora	Repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora	Cursos de direito (162) e engenharia de produção (nenhum)	Está disponível	Está disponível
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	LUME - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	46 cursos (16.433 trabalhos depositados)	Está disponível	Está disponível
Universidade Federal do Paraná	Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná	34 cursos (4.091 trabalhos)	Não está disponível	Não está disponível
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Repositório Digital Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	43 subcomunidades abrigando os cursos da graduação (nenhum trabalho inserido)	Não está disponível	Não está disponível
Universidade Federal de Lavras	Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA)	Uma única subcomunidade (5 trabalhos depositados)	Está disponível	Não está disponível
Universidade Federal de Ouro Preto	Biblioteca Digital de Monografias	43 comunidades (31 não possuem documentos, 188 trabalhos depositados)	Está disponível	Está disponível

Universidade Federal de Pernambuco	Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco	8 subcomunidades (não possuem documentos)	Não está disponível	Não está disponível
Universidade Federal De Rondônia	Repositório Institucional Da Universidade Federal De Rondônia	29 Cursos.	Não está disponível	Não está disponível
Universidade Federal de Uberlândia	Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia	Possui 10 Subcomunidades (Só Matemática E Estatística Possuem Trabalhos	Está disponível	Está disponível
Universidade Federal do Rio Grande	Repositório Institucional Da Universidade Federal Do Rio Grande	8 Cursos	Está disponível	Está disponível
Universidade Federal Fluminense	Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense	41 Curso, Porem A Maioria Não Possuem Trabalhos Inseridos	Não está disponível	Não está disponível

**Fonte:** Autor, 2017

Após identificar esses RIs foi feito um pequeno questionário aberto (apêndice B) de três perguntas onde se objetivava entender a experiência com relação a implantação de acervos de TCC nos RI. Dos treze RIs, foram enviados dez e-mails contendo esses questionamentos, sendo respondido apenas três, correspondendo assim a trinta por cento do que se esperava nessa fase da pesquisa.

Como já dito anteriormente, na UFPE foi identificado a criação das comunidades, no entanto não existem trabalhos inseridos. Esse problema se dá por questões de divergência entre professores e coordenadores do RI. Susimery Vila Nova, responsável pelo RIUFPE aponta a falta de interesse do corpo docente na iniciativa. Segundo ela, os professores consideram desnecessário a disponibilidade desse tipo de material bibliográfico e questionam a qualidade dos trabalhos, visto que a universidade não tem um padrão de trabalho. Existem aqueles que aprovam e veem como uma oportunidade esse empreendimento. Ela ainda aponta que está tratando

diretamente com a Pró-reitoria para assuntos Acadêmicos, para então firmarmos a decisão junto à política de informação.

Susimery sugeriu que para aqueles que desejam desenvolver esse projeto de inclusão de TCCs em RIs, que façam campanhas de divulgação sobre acesso aberto nos cursos de graduação. Apontar as vantagens de disponibilizar esse tipo de conteúdo, além de estreitar parceria com o sistema de Bibliotecas para atuação direta no RI e sensibilizar a alta gestão para aprovação da política de informação do RI.

Já no Lume, RI da UFRGS a iniciativa para inserção dos TCCs no acervo partiu da Administração Superior da Universidade em disponibilizá-los, assim sendo, contou-se com o apoio das instâncias envolvidas. Em resposta ao e-mail, a coordenação do Lume, explica um pouco de como se deu esse processo implementação

Podemos dizer-lhe que a disponibilização dos TCCs no Lume, repositório digital da UFRGS, tem um fluxo estabelecido com as COMGRADs e bibliotecas. É regulamentada pela PROGRAD, conforme documentos disponíveis em <http://www.lume.ufrgs.br/regulamentacao>. Os TCCs são registrados no Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) pelas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS e enviados à Gerência do Lume para inclusão do link de acesso ao documento e campos de resumo, título em outro (s) idioma (s) e palavras-chave em outro (s) idioma (s), quando constantes no documento, e, depois disso, são disponibilizados no repositório, mediante coleta automática.<sup>4</sup>

Destaca a importância de regulamentar a disponibilidade junto aos órgãos superiores da universidade e que seja feita uma ampla divulgação aos órgãos envolvidos e aos alunos, mostrando as vantagens decorrentes da divulgação em RIs.

No RIUFF, Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense, Bibliotecária/Chefe da Seção de Informação Jane Alice de Souza Teixeira a implementação dos TCCs no RIUFF se deu para cumprimento da Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério da Educação (MEC).

A portaria trata de normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de

---

<sup>4</sup> Trecho extraído de resposta dada através de e-mail da responsável pelo Lume, RI da UFRGS, ao questionário do apêndice B

Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior diz que deve eliminar o documento após um ano do registro da nota.

Entretanto, por entenderem a importância do TCC como documento bibliográfico, a solução encontrada foi que os TCCs a partir de janeiro de 2015 em diante irão constar no RIUFF

Para tanto, em parceria com a Pró-reitoria de Graduação, a Superintendência de Documentação - órgão que administra o Sistema de Bibliotecas e Arquivos da UFF, participou do Fórum de Coordenadores da Graduação em setembro de 2014. A adesão à Plataforma foi voluntária e acontecendo à medida em que as Bibliotecas informavam que não receberiam mais TCCs em nenhum suporte.

Ela conclui relatando que, atualmente são as próprias coordenações ou secretarias de Curso que submetem os TCCs e às Bibliotecas cabem validar os trabalhos submetido, e que inclusive iram aplicar esse mesmo modelo nos cursos de Pós-Graduação.

Por fim, foi solicitado pelos bibliotecários da BC/UFPA um levantamento sobre os metadados utilizados pela BDM da UnB (Quadro 1), para que fossem usados como base no desenvolvimento dos metadados da BDM da UFPA.

**Quadro 2 – Metadados utilizados pela BDM da UnB**

Área	Descrição	Metadados
Título	Corresponde ao nome título do trabalho	<tdclass="metadataFieldLabel">Título:&n bsp;</td>
Autor	Área de responsabilidade de autoria	<tdclass="metadataFieldLabel">Autor(es):&n bsp;</td>
Orientador	Professor responsável pela orientação do autor	<tdclass="metadataFieldLabel">Orientador(es):&n bsp;</td>
Assunto	Indexação do trabalho (uso de palavras chaves)	<tdclass="metadataFieldLabel">Assunto:&n bsp;</td>
Data de Apresentação	Data de defesa do trabalho	<tdclass="metadataFieldLabel">Data de Apresentação:&n bsp;</td>
Data de Publicação	Data em que foi inserido na BDM	<tdclass="metadataFieldLabel">Data de Publicação:&n bsp;</td>

Referencia	Referência seguindo a norma NBR 6023 da ABNT	<tdclass="metadataFieldLabel">Referência:&n bsp;</td>
Resumo	Síntese do Trabalho, ficando opcional colocar abstract	<tdclass="metadataFieldLabel">Resumo:&n bsp;</td>
Informação Adicional	Corresponde ao nível de título da monografia, instituto, faculdade e/ou área	<tdclass="metadataFieldLabel">Informações Adicionais:&n bsp;</td>
Coleção	Coleção pertencente (curso)	<tdclass="metadataFieldLabel">Aparece na Coleção:&n bsp;</td>

**Fonte:** Autor, 2017

Os Metadados são de fundamental importância na interoperabilidade dentro do OA, através deles a troca de informação pode ser mais rápida e precisa. “O uso de padrões para definir, catalogar, disciplinar e fazer uma descrição do conteúdo dos OAs<sup>5</sup> permite a uniformização e ampliação da qualidade da documentação dos objetos e da reutilização dos mesmos ” (FELLIN; KEMCZINSKI; MURAKAMI; HOUNSELL, 2010, p. 1148).

Como pode ser visto, não há um padrão a respeito de como deve ser criação de comunidades dentro dos RIs e nem um padrão de depósito dos trabalhos, o que pode acabar prejudicando futuras pesquisas, mas são iniciativas louváveis sendo de extrema importância essa busca das universidades em preservar os TCCs.

Na UFPA, inicia-se esse processo com a criação da BDM, lançada no dia 22 de março de 2017 e que tem como coordenadores os bibliotecários Diego Barros e Cleide Dantas da BC, começam a inserção de trabalhos já a partir da formação das turmas de 2017 (BIBLIOTECA..., 2017).

---

<sup>5</sup> No texto citado OA se refere a Objetos Aprendizagem. Willey (2000) define como sendo qualquer recurso digital que pode ser usado no processo de aprendizagem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se o papel do Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação. É preciso que se veja o TCC não só como uma atividade burocrática, mas de fundamental importância para a formação dos discentes e também como um registro histórico das universidades.

Também abordou como tem se dado a conscientização por parte das universidades federais brasileiras sobre essa questão trazendo-os para seus RIs ou criando Bibliotecas Digitais de Monografias, como é o caso da UnB e da UFPA.

Neste trabalho, a metodologia usada foi fundamental para o desenvolvimento desse estudo, onde foi feito inicialmente uma pesquisa bibliográfica em que buscou na literatura subsídios para que fosse possível a discussão para um entendimento melhor do problema levantado, e assim, compreender os ensinamentos para eles. Além disso foi feito uma pesquisa com objetivo de definir os RIs como uma solução para o problema da preservação dos TCCs.

Como resultados pode-se constatar que a conscientização da importância de se preservar TCCs e uso dos RIs e BDMs como ferramentas para tal, tanto que, é cada vez maior o número de universidades a incluir em seu acervo os TCCs, no entanto, essa discussão ainda está no início e muito ainda deve ser feito para que se torne uma realidade em todas as universidades brasileiras.

É preciso atentar para algumas falhas em determinados repositórios, afim de corrigi-los e evitar repetir os mesmos erros em novas incursões. Entre os problemas podem ser citados a falta da política do repositório para acesso dos usuários e comunidades criadas sem inclusão de trabalhos.

É necessário que essa discussão seja levada adiante e incentivado dentro das universidades, entre alunos e docentes, para que em um futuro – não muito distante – seja possível recuperar trabalhos de maneira rápida e sem limitações.

Por fim, acredito que dentro do que foi proposto para esse trabalho foi possível alcançar seus os objetivos e fica a esperança de que este estudo possa contribuir com esse debate e que no futuro os TCCs sejam preservados não somente como uma prova de graduação do discente, mas como um registro histórico que deve ser preservado para posteridade.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, J. C. A. **Acesso Livre à Informação Científica: a implantação do Repositório Institucional em Geociência (RIgeo) na CPRM-Serviço Geológico do Brasil.** 2015. 53 f. Monografia (Bacharel) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Belém. 2015

BEZERRA, C. A. C. **Digitalização como alternativa para a preservação documental: caso do projeto catálogo virtual da carnaúba do núcleo temático da seca do semiárido da UFRN.** 2010. 54 f. Monografia (Bacharel) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Biblioteconomia. Natal. 2010.

BIBLIOTECA Central e CTIC desenvolvem repositório digital para TCCs. 2017. Disponível em: < <http://bc.ufpa.br/site/index.php/component/k2/item/356-biblioteca-central-e-ctic-desenvolvem-reposit%C3%B3rio-digital-para-tccs> > Acesso em: 10 abr 2017

CAFÉ, L. et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 26, 2003. Belo Horizonte, MG. **Anais...** Minas Gerais: [s.n.], 2003. Disponível em:< [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_ENDOCOM\\_TRAB\\_ALHO\\_cafe.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_ENDOCOM_TRAB_ALHO_cafe.pdf) >. Acesso em: 10 jan. 2017.

A CIÊNCIA para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação – Brasília: UNESCO, ABIPTI, 2003. 72p. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000207.pdf> > Acesso em: 5 jan. 2017.

COCCO, A. P.; RODRIGUES, R. S. Repositórios Institucionais de Acesso Aberto: cenário nos países ibero-americanos. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.2, p. 111-120, maio/ago. 2014

CORUJO, L. M. N. **Repositórios Digitais e Confiança: um exemplo e repositório de preservação digital: o RODA.** 2014. 243 f. Dissertação (mestrado em ciências da documentação e informação). Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Lisboa, 2014.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. SAYÃO et al (Org.). In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** - Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163 – 202.

CUNHA, M. B. Das bibliotecas convencionais à digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciências da Informação.** v. 13, n1, p. 2 – 17, jan. /abr. 2008.

DECLARAÇÃO de Berlim sobre Acesso ao conhecimento nas Ciências e Humanidades. 2003. Disponível em: < <https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm> >. Acesso em: 20 mar 2017.

DECLARAÇÃO de Bethesda sobre Publicação de Acesso Aberto. 2003. Disponível em: < <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm> >. Acesso em: 20 mar 2017.

FERLIN, J.; KEMCZINSKI, A.; MURAKAMI, E.; HOUNSELL, M.S. Metadados Essenciais: Uma Metodologia para Catalogação de Objetos de Aprendizagem no Repositório Digital ROAI. In: SBIE - SIMPOSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, PB, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

INICIATIVA de acesso aberto de Budapeste. 2002. Disponível em: < <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read> >. Acesso em: 09 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – IBICT. **Sobre repositórios digitais**. [2002?]. Disponível em: < <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais> > acesso em: 19 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica**. [S. l.: s.n.], 2005. Disponível em: < <http://www.ibict.br/openaccess/arquivos/manifesto.htm> >. Acesso em: 20 mar 2017.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. 120 p.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. 296 p.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. Softwares livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. F. et al (Org.) **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23 – 54.

MENEGHELLI, L. O ambiente das organizações na era da globalização. **Revista Leonardo Pós**, Blumenau -SC, v. 1, p. 19-31, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NARDINO, A. T. D. **O futuro dos livros do passado**: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. Porto alegre: A T D. 2004.

OLIVEIRA, R. R.; CARVALHO, C. L. **Bibliotecas Digitais e o Repositório Fedora**. 2011, relatório técnico. Disponível em < [http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF\\_002-11.pdf](http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_002-11.pdf) > Acesso em: 15 jan. 2017.

PEREIRA, A. A. C.; SILVA, M. L. O. R. O trabalho de conclusão de curso: constructo epistemológico no currículo formação, valor e importância. In: COLÓQUIO LUSO BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 5. 2010, Porto, Portugal. **Anais...** Porto: [s.n.], 2010. p. 1 - 17.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (Recurso eletrônico). Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> >. Acesso em: 22 mar 2017.

REPOSITÓRIO CIENTIFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL – RCAAP. **O que é a Open Archives Initiative (OAI)?** [2016? ]. Disponível em: < <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/consultar-recursos-de-apoio/faqs/3-repositorios-cientificos/29-o-que-e-a-open-archives-initiative-oai> >. Acesso em: 19 jan. 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de la investigación**. 5 ed. México DF: McGRAW-Hill, 2006.

SAYAO, L. F.; MARCONDES, C. H. Software livre para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. F. et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 23 - 54.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. R.; PAIVA, M. J. R. Repositórios institucionais brasileiros: entre o sonho e a realidade. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 11, p. 117-133, 2014.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciências da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: < <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/282/1/CAFE2001v30n3.pdf> > Acesso em: 15 jan. 2017

WILEY, D. A. **Learning object design and sequencing theory**. Unpublished doctoral dissertation, Brigham Young University. 2000. Disponível em <http://www.reusability.org/read/chapters/wiley.doc> . Acesso em 20 mar. 2017

YAMANARI, T. T.; MORAES, A. F. O papel do TCC na formação de estudantes Universitários. In: JORNADA DE DIDÁTICA E SEMINARIO DE PESQUISA CEMAD. 4., 3., 2003, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2013. p. 550 – 554.

## **Apêndice A – Questionário para coleta de dados a respeito dos Repositórios Institucionais**

1. Quantas Universidades?
2. Está estabelecido em políticas?
3. Todos os TCCs são incluídos? Existe alguma seleção?
4. Funciona através do auto depósito?
5. Qual a quantidade de cursos das Universidades que adotam TCCs nos seus RIs?
6. Possuem termo de autorização para disponibilizar o TCC?

## **Apêndice B – Perguntas da entrevista feito por e-mail com os responsáveis dos RIs**

- 1) Como tem se dado a experiência da implementação dos TCCs em seus RIs e/ou Bibliotecas Digitais?
  
- 2) - Qual foi a experiência realizada para firmar esses termos (aceite de TCC) em políticas? Caso ainda não tenha firmado, qual a principal dificuldade?
  
- 3) Vocês podem listar sugestões para outras instituições que pensam em implementar os TCCs em seus repositórios?

## **Anexo A – Iniciativa de Acesso Livre de Budapeste**

Uma tradição antiga e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível um bem público sem precedentes. A tradição antiga é a disposição dos cientistas e acadêmicos para publicar os frutos de sua pesquisa em revistas acadêmicas sem pagamento, por causa da investigação e do conhecimento. A nova tecnologia é a internet. O bem público que eles tornam possível é a distribuição eletrônica mundial da literatura de revistas revisadas por pares e acesso completamente livre e irrestrito a ele por todos os cientistas, estudiosos, professores, estudantes e outras mentes curiosas. A remoção de barreiras de acesso a essa literatura acelerará a pesquisa, enriquecerá a educação, compartilhará a aprendizagem dos ricos com os pobres e os pobres com os ricos, tornará essa literatura tão útil quanto possível.

Por várias razões, este tipo de livre e irrestrito disponibilidade on-line, que chamaremos de acesso aberto, até agora tem sido limitado a pequenas porções da literatura jornal. Mas mesmo nessas coleções limitadas, muitas iniciativas diferentes mostraram que o acesso aberto é economicamente viável, que dá aos leitores um poder extraordinário para encontrar e fazer uso de literatura relevante, e que dá aos autores e suas obras vasto e mensurável nova visibilidade, leitores e impacto. Para garantir esses benefícios para todos, convidamos todas as instituições e indivíduos interessados a ajudar a abrir o acesso ao restante da literatura e remover as barreiras, especialmente as barreiras de preços, que estão no caminho. Quanto mais se juntar ao esforço para fazer avançar esta causa, mais cedo todos nós desfrutaremos os benefícios do acesso aberto.

A literatura que deve ser livremente acessível on-line é aquela que os estudiosos dão ao mundo sem expectativa de pagamento. Principalmente, esta categoria abrange os artigos de revistas revisadas por pares, mas também inclui quaisquer pré-impressões não revisadas que eles possam querer colocar on-line para comentar ou alertar seus colegas sobre resultados importantes da pesquisa. Existem muitos graus e tipos de acesso mais amplo e mais fácil a esta literatura. Por "acesso aberto" a esta literatura, entende-se a sua disponibilidade gratuita na Internet pública, permitindo a todos os utilizadores lerem, descarregarem, copiarem, distribuírem, imprimirem, pesquisarem ou ligarem ao texto completo destes artigos, Passá-los como dados para o software, ou usá-los para qualquer outro propósito legal, sem fins

financeiros, jurídicas ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à própria Internet. O único constrangimento à reprodução e à distribuição, e o único papel dos direitos de autor neste domínio, deve ser o de conferir aos autores o controlo sobre a integridade do seu trabalho e o direito a ser devidamente reconhecidos e citados.

Embora o peer-reviewed revista literatura deve ser acessível on-line sem custo para os leitores, não é custo para produzir. No entanto, as experiências mostram que os custos globais de proporcionar acesso aberto a esta literatura são muito inferiores aos custos das formas tradicionais de disseminação. Com essa oportunidade de economizar dinheiro e expandir o alcance da disseminação ao mesmo tempo, existe hoje um forte incentivo para que associações profissionais, universidades, bibliotecas, fundações e outros abraçam o acesso aberto como um meio de fazer avançar suas missões. A obtenção de acesso aberto exigirá novos modelos de recuperação de custos e mecanismos de financiamento.

Para obter acesso aberto à literatura de periódicos acadêmicos, recomendamos duas estratégias complementares.

- I. **Auto Arquivamento:** Em primeiro lugar, os estudiosos precisam de ferramentas e assistência para depositar seus artigos de revistas arbitradas em arquivos eletrônicos abertos, uma prática comumente chamada de auto arquivamento. Quando esses arquivos estão em conformidade com as normas criadas pela Open Archives Initiative, os mecanismos de busca e outras ferramentas podem tratar os arquivos separados como um. Os usuários então não precisam saber quais arquivos existem ou onde eles estão localizados, a fim de encontrar e fazer uso de seu conteúdo.
- II. **Jornais de acesso livre:** Segundo, os estudiosos precisam de meios para lançar uma nova geração de revistas comprometidas com o acesso aberto e para ajudar os periódicos existentes que optarem por fazer a transição para acesso aberto. Como os artigos de revistas devem ser divulgados o mais amplamente possível, esses novos periódicos não mais invocarão direitos autorais para restringir o acesso e o uso do material que eles publicam. Em vez disso, usarão direitos autorais e outras ferramentas para garantir o acesso aberto permanente a todos os artigos que publicam. Como o preço é uma barreira ao acesso, essas novas revistas não cobrarão taxas de assinatura ou de acesso e recorrerão a outros métodos para cobrir suas despesas. Há muitas fontes alternativas de fundos para este propósito, incluindo as fundações e os governos que financiam a investigação, as universidades e os laboratórios que empregam investigadores, as doações criadas por disciplina ou instituição, os amigos da causa do acesso aberto, os lucros da venda de suplementos aos textos de base, os fundos libertados por O desaparecimento ou cancelamento de revistas que cobram taxas de assinatura ou acesso tradicionais, ou mesmo contribuições dos próprios pesquisadores. Não há necessidade de favorecer uma dessas soluções sobre as outras para

todas as disciplinas ou nações, e não há necessidade de parar de procurar outras alternativas criativas. Dotados por disciplina ou instituição, amigos da causa do acesso aberto, lucros com a venda de add-ons aos textos básicos, fundos liberados pelo desaparecimento ou cancelamento de jornais cobrando taxas de assinatura ou acesso tradicionais, ou mesmo contribuições dos próprios pesquisadores.

O objetivo é o acesso aberto à literatura de revistas avaliadas por pares. O auto arquivamento (I) e uma nova geração de revistas de acesso aberto (II.) São as formas de atingir esse objetivo. Eles não são apenas meios diretos e eficazes para esse fim, estão ao alcance dos próprios estudiosos, imediatamente, e não precisam esperar por mudanças provocadas por mercados ou legislação. Embora endossemos as duas estratégias que acabamos de esboçar, também encorajamos a experimentação com outras formas de fazer a transição dos métodos atuais de disseminação para o acesso aberto. A flexibilidade, a experimentação e a adaptação às circunstâncias locais são as melhores maneiras de assegurar que o progresso em diversos contextos será rápido, seguro e duradouro.

O Open Society Institute, a rede de fundação fundada pelo filantropo George Soros, está empenhada em fornecer ajuda inicial e financiamento para realizar este objetivo. Usará seus recursos e influência para ampliar e promover o auto arquivamento institucional, lançar novas revistas de acesso aberto e ajudar um sistema de revistas de acesso aberto a se tornar economicamente autossustentável. Embora o compromisso e os recursos do Open Society Institute sejam substanciais, esta iniciativa necessita muito de outras organizações para emprestar seus esforços e recursos.

Convidamos governos, universidades, bibliotecas, editores de periódicos, editores, fundações, sociedades eruditas, associações profissionais e estudiosos individuais que compartilham nossa visão para nos unir na tarefa de remover as barreiras ao acesso aberto e construir um futuro no qual a pesquisa e a educação em todas as partes do mundo são muito mais livres para florescer.

14 de fevereiro de 2002  
Budapeste, Hungria

## **Anexo B – Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica**

### **Contextualização**

A informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação. Trata-se de um processo contínuo em que a informação científica contribui para o desenvolvimento científico, e este, por sua vez, gera novos conteúdos realimentando todo o processo.

No entanto, a comunidade científica enfrenta dificuldades no acesso à informação científica, se considerado o modelo tradicional de publicação científica. Tradicionalmente, os artigos ou trabalhos científicos são publicados em revistas especializadas, e a forma de acesso a esses trabalhos dá-se mediante assinatura das publicações pelas bibliotecas ou pelo pesquisador.

Com o surgimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, diversos paradigmas estão mudando. Isso porque essas tecnologias facilitam o acesso à informação científica, promovendo o surgimento de novas alternativas para a comunicação científica. A Open Archives Initiative (OAI) é um exemplo disso. Esta iniciativa estabelece, além de padrões de interoperabilidade, alguns princípios e ideais, como o uso de software open source e o acesso livre à informação. Surge, a partir dessa iniciativa, o paradigma do acesso livre à informação.

A OAI constitui, portanto, um marco na área do tratamento e disseminação da informação em geral e na área da comunicação científica em especial. Essa iniciativa proporcionou a construção, implantação e manutenção de diversos repositórios de acesso livre, assim como o surgimento de diversas ferramentas de software para a construção e manutenção de repositórios, como o E-Prints, o Open Journal Systems (OJS), o DSPACE, entre outros.

O movimento de apoio aos open archives e ao acesso livre à informação surge em consequência das dificuldades encontradas pela comunidade científica mundial no acesso à informação científica. Concretizou-se, de fato, por meio de diversos manifestos, como as declarações de Bethesda, Budapeste e Berlim, além de manifestações de organizações não-governamentais e internacionais, como a IFLA e a OCDE, entre outras.

É importante observar que o paradigma do acesso livre à informação provocará otimização nos custos de registro e acesso à informação, além de promover maior rapidez no fluxo da informação científica e no desenvolvimento científico e tecnológico. Esse cenário aponta para a necessidade de o Brasil manifestar-se favoravelmente ao acesso livre à informação, promovendo, por conseguinte, o aumento significativo da visibilidade de suas pesquisas, de seus pesquisadores e de suas instituições. Para tanto, é necessário aderir ao movimento mundial e estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica, mediante o apoio de toda a comunidade científica, com o envolvimento não apenas das suas organizações, mas, obrigatoriamente, dos pesquisadores e das agências de fomento.

O estabelecimento do acesso livre como um procedimento vantajoso requer o empenho ativo de todo e qualquer indivíduo que produza conhecimento científico ou seja, de todo detentor de patrimônio cultural.

### **Objetivos:**

- Promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- Promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- Estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
- Buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica.

### **Paradigma do Acesso Livre à Informação**

O modelo que se preconiza para o acesso livre à informação e que nesse documento é denominado de Paradigma do Acesso Livre à Informação, baseia-se nos termos da Declaração de Berlim, na parte relativa à “Definição de uma contribuição em acesso livre...”, que é aqui reescrita conforme os dois itens abaixo:

1. Contribuições em acesso livre incluem resultados de pesquisas científicas originais, dados não processados, metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos, gráficos e material acadêmico multimídia.

2. As contribuições em acesso livre devem satisfazer duas condições:

I. os(s) autor(es) e o(s) detentores dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os usuários:

- a. direito gratuito, irrevogável e irrestrito de acessá-las;
- b. licença para copiá-las, usá-las, distribuí-las, transmiti-las e exibi-las publicamente; licença para realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, em obediência à correta atribuição da autoria (as regras da comunidade continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente) e com a garantia de fazer cópias.

### **Recomendações à Comunidade Científica**

Torna-se necessário, nesse momento, o compromisso por parte da comunidade científica brasileira de apoiar o movimento mundial em favor do acesso livre à informação científica. Nesse sentido, os principais atores do sistema de comunicação científica, nomeadamente autores, editores, agências de fomento e as instituições acadêmicas, devem se comprometer a colaborar para que os resultados de pesquisas realizadas no país estejam disponíveis livremente para acesso. Para isso, portanto, de acordo com o que especifica a Declaração de Berlim, recomenda-se:

**A. É imperativo que as instituições acadêmicas brasileiras se comprometam:**

1. criar repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso livre;
2. Requerer que seus pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus trabalhos publicados em pelo menos um repositório de acesso livre;
3. Encorajar seus pesquisadores a publicar seus resultados de pesquisa em periódicos de acesso livre, onde houver um periódico apropriado para isso. Deve-se, além disso, prover o apoio necessário para que isso ocorra;

4. Reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeito de avaliação e progressão acadêmica;
5. ter disponíveis, em ambiente de acesso livre, os periódicos editados pela instituição ou seus Órgãos subordinados.

**B. É primordial que os pesquisadores (autores):**

1. contribuam para o incremento de conteúdos em repositórios institucionais ou temáticos, depositando o maior número possível de seus trabalhos, publicados ou não, inclusive pré e post prints, material de aula, quando for o caso, entre outros materiais.
2. depositar, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre publicações que envolvam resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

**C. É necessário que as agências de fomento:**

1. Reconheçam a publicação científica em repositórios de acesso livre para efeito de avaliação da produção científica dos pesquisadores e de concessão de auxílios e financiamentos para pesquisa;
2. Recomendem aos pesquisadores a quem concedem auxílio financeiro para suas pesquisas que depositem uma cópia dos resultados publicados em um repositório de acesso livre e/ou que publiquem prioritariamente em periódicos eletrônicos de acesso livre;
3. Recomendem aos pesquisadores a quem concedem auxílio financeiro para participação em eventos que depositem uma cópia do seu trabalho em um repositório de acesso livre;
4. Promovam e apoiem a construção e manutenção de repositórios institucionais e temáticos;
5. Apoiem, prioritariamente, a edição de publicações científicas eletrônicas de acesso livre;
6. Requerer que toda publicação científica financiada com recursos públicos tenha uma versão disponível eletronicamente em ambiente de acesso livre.

**D. É imprescindível que as editoras comerciais de publicações científicas:**

1. concordem que os trabalhos por elas publicados com autoria de pesquisadores que obtiveram recursos públicos para suas pesquisas tenham uma cópia depositada em repositório de acesso livre;
2. tenham disponível uma versão eletrônica, em ambiente de acesso livre, das publicações impressas por elas editadas cuja autoria seja de pesquisadores que obtiveram recursos públicos para suas pesquisas.

**E. É recomendável que editoras não comerciais:**

1. tenham disponíveis uma versão eletrônica, em conformidade com o paradigma do acesso livre à informação, das publicações impressas por elas editadas;
2. adotem os padrões que estejam em conformidade com aqueles estabelecidos pela Open Archives Initiative (OAI).